

O impacto do aumento da participação do capital estrangeiro no setor bancário brasileiro: análise de variáveis selecionadas*

Eduardo Senra Coutinho**

Hudson Fernandes Amaral***

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. O Plano Real e a economia brasileira na década de 1990; 3. Aspectos teóricos sobre a liberalização dos sistemas financeiros; 4. Metodologia; 5. Análise dos dados; 6. Conclusões.

SUMMARY: 1. Introduction; 2. The Real Plan and the Brazilian economy in the 90s; 3. Theoretical aspects of liberalizing financial systems; 4. Methodology; 5. Data analysis; 6. Conclusion.

PALAVRAS-CHAVE: setor bancário; abertura financeira; capital estrangeiro; eficiência.

KEY WORDS: banking sector; capital entry; foreign capital; efficiency.

Em período recente, o setor bancário brasileiro recebeu um volume expressivo de capitais estrangeiros, fruto da atratividade do setor, traduzida em termos de rentabilidade, e de uma política deliberada do governo federal de incentivar o ingresso desses capitais. Essa política baseou-se na expectativa de que uma maior presença do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional trouxesse maior robustez ao setor e suprisse a economia de capitais, considerados escassos em função da interrupção dos ganhos inflacionários. Com a flexibilização das regras para ingresso de capitais estrangeiros esperava-se maior eficiência e concorrência no setor e menores

* Artigo recebido em out. 2002 e aceito em ago. 2003.

** Mestrando do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Face/UFMG. E-mail: eduardocoutinho@bol.com.br.

*** Professor adjunto, chefe do Departamento de Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Face/UFMG. E-mail: hfamaral@face.ufmg.br.

custos para o tomador de crédito. Este artigo avaliou a evolução da margem líquida, das receitas de tarifas e da rentabilidade do patrimônio líquido entre 1990 e 2001. A análise dessas variáveis dos três maiores bancos privados nacionais revelou que, embora haja indícios de que o impacto desejado tenha sido alcançado, ainda é cedo para se atestar que os benefícios almejados tenham sido logrados.

The impact of the increase of foreign capital in the Brazilian banking sector: analysis of selected variables

Recently, the banking system received a considerable amount of foreign capital, due to the sector's appeal, i.e., return on investments and the federal government's deliberate policy of stimulating this capital entry. This policy is based on the belief that a larger participation of foreign capital in the Brazilian financial system would strengthen the sector and supply the capital market, which is insufficiently funded due to the interruption of the inflationary gains. With the relaxation of the rules for the entrance of the foreign capital, more efficiency and competition in the segment and lower costs for credit borrowers were expected. This article evaluated the evolution of the net margin, the revenue from fees, and the earnings from net assets between 1990 and 2001. The analysis of these variables from the three largest national private banks revealed that although there have been signs of the desired effects, it is still early to attest that the proposed benefits have been reached.

1. Introdução

O setor bancário está entre os setores da economia brasileira que mais recebeu investimentos diretos estrangeiros. O crescimento desse ingresso de recursos a partir de 1997 provocou um conjunto de alterações na estrutura patrimonial do setor. Foram direcionados para ampliação dos negócios existentes, novos aportes de capital e aquisição de instituições privatizadas e grupos privados em operação no país há vários anos. Em alguns casos, o que se viu foram instituições desembarcando no país pela primeira vez.

O marco desse processo de abertura do sistema financeiro nacional ao capital estrangeiro foi a Exposição de Motivos nº 311, de 23 de agosto de 1995, do Ministério da Fazenda. Aceita imediatamente pelo presidente da República, essa exposição de motivos criou a justificativa política para a flexibilização das regras para a ampliação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional (SFN).

Entre os pontos destacados para justificar as *facilidades* ao ingresso de grupos estrangeiros no SFN estão a crença na atualização tecnológica constante, nos menores custos para o tomador do crédito e na melhor remuneração ao poupador, mediante redução da margem de intermediação, reforço

financeiro para o país por meio do aumento da captação de poupança externa e a conseqüente elevação das reservas internacionais, maior eficiência alocativa da economia brasileira e maior concorrência dentro do sistema com reflexos sobre a remuneração oferecida aos poupadores, sobre as taxas cobradas dos tomadores e sobre o preço das tarifas.

Assim, este artigo pretende efetuar uma avaliação de um conjunto de indicadores que possam confirmar empiricamente tanto as expectativas do governo federal, descritas na citada exposição de motivos, quanto os efeitos previstos pela teoria econômica.

2. O Plano Real e a economia brasileira na década de 1990

Para a economia brasileira, a década de 1990 foi marcada pelo processo de integração do país à economia mundial. Além da abertura comercial iniciada com o governo Collor, o Brasil ingressou em um processo de privatizações, fusões e aquisições que proporcionaram um rearranjo na estrutura patrimonial das empresas brasileiras com significativa ampliação da participação do capital estrangeiro.

O sistema financeiro nacional foi um dos setores em que essas mudanças causaram impacto significativo. Recebeu investimentos estrangeiros de cerca de US\$15,9 bilhões entre 1996 e 2000, além do estoque de capital de US\$1,3 bilhão registrado pelo censo de capitais estrangeiros do Banco Central do Brasil em 1995. O volume de investimento direto estrangeiro direcionado para o sistema financeiro pode ser observado na tabela 1, que apresenta, na última coluna à direita, a posição que ele ocupou entre todos os setores receptores.

Tabela 1
Investimentos diretos estrangeiros no sistema financeiro x total
(US\$ milhões)

Ano	Sistema financeiro	Total	%	Posição
1996	379,50	7.665,40	4,95	4
1997	1.596,20	15.311,10	10,42	3
1998	5.916,48	23.270,76	25,42	2
1999	1.676,89	27.564,39	6,08	3
2000	6.352,21	29.876,38	21,26	1
Total	17.176,08	146.218,03	11,75	-

Fonte: Banco Central do Brasil.

Além disso, os investimentos direcionados para a intermediação financeira representaram 17% do total dos recursos investidos no setor terciário. Isso foi registrado em um período no qual ocorreram privatizações em diversas áreas de prestação de serviços no país, como telecomunicação e energia elétrica.

O SFN atual tem suas origens em um processo de reestruturação do sistema financeiro nacional baseado na especialização das atividades entre as diversas instituições participantes do mercado. Tal configuração se deu no bojo do conjunto de reformas que marcaram o período 1965-67, em um cenário no qual as atividades financeiras eram dominadas pelos grandes bancos comerciais. Segundo Tavares (1983), as reformas tinham o propósito de criar novos instrumentos de mobilização financeira e instituições especializadas no provimento de diversos tipos de crédito.

Durante a década de 1970, apesar da especialização estabelecida em lei, observou-se um processo de concentração no qual os grandes bancos mantiveram sua posição dominante pela constituição de conglomerados nos quais foram agregadas todas as atividades especializadas.

Além desse aspecto, a concentração no sistema financeiro foi influenciada pela quebra de seis conglomerados financeiros e a intensificação do processo inflacionário durante a década de 1980. O primeiro aspecto motivou a migração de correntistas para as instituições mais tradicionais, aparentemente mais seguras.

O efeito concentrador do processo inflacionário, segundo Resende (1992), era fruto da capacidade que os grandes bancos tinham de captar recursos que se deslocavam dos depósitos à vista em busca de remuneração que minimizasse o imposto inflacionário. Assim, os grandes bancos se beneficiaram devido ao número de agências, à tecnologia de ponta utilizada e à possibilidade de operar uma grande quantidade de serviços em um mesmo local.

Além disso, descreve Contador (1991), o setor público brasileiro tornou-se o maior tomador de recursos do sistema financeiro para atender as necessidades de giro da dívida pública interna. Esse aspecto, associado à intensificação do processo inflacionário, mobilizou o sistema bancário para as necessidades crescentes de giro da dívida pública. Isso desvirtuou o exercício da função primordial do setor bancário de ampliar as relações débito-crédito entre empresas e famílias.

A despeito dos choques provocados pelos diversos planos de estabilização econômica na década de 1980, o sistema financeiro iniciou a década de 1990 com uma estrutura bastante sólida e, de certa forma, pouco exposta à concorrência externa. Além disso, foi criada uma rede bancária com elevados níveis de automação e integração.

A partir de 1994, segundo Moura (1998), a implementação do Plano Real provocou e continuará provocando modificações no tamanho, na estrutura e no comportamento do sistema financeiro e, especificamente, no setor

bancário. O setor bancário brasileiro precisou se ajustar ao ambiente de relativa estabilidade dos índices de inflação e à paralisação de uma importante fonte de receitas resultante disso.

Dessa forma, segundo dados do Banco Central do Brasil, ocorreu uma redução no número de instituições e aumento da participação do capital estrangeiro no setor bancário pós-1994. As fusões e incorporações e a quebra de diversas outras promoveram a redução no número de instituições. Entre julho de 1994 e junho de 1997, 40 bancos sofreram intervenção do Banco Central, sendo 33 pertencentes ao setor privado. A maioria dessas instituições, exceto os grandes Nacional, Econômico e Bamerindus, era formada de instituições de pequeno porte criadas a partir de 1989 quando houve flexibilização nas regras de constituição de bancos.

Segundo Pizarro (2000), a participação dos bancos estrangeiros no mercado financeiro brasileiro aumentou a partir de 1994 como resultado da aquisição de instituições com problemas de liquidez como nos casos do Bamerindus pelo HSBC, o Excel Econômico pelo Bilbao Viscaya e do Real pelo ABN Amro. Além disso, houve uma política deliberada dos grupos estrangeiros de aquisições para ampliar sua participação no mercado interno, como o ocorrido com o Santander que adquiriu o Banco Geral do Comércio, o Noroeste e o Bozano Simonsen.

Deve-se considerar também o processo de privatizações como porta de entrada dos grupos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro. Os seguintes bancos estaduais foram adquiridos por grupos estrangeiros: o Meridional e o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) pelo Santander e o Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe) pelo ABN Amro. Entre 1997 e 2000, o quadro societário de 81 instituições financeiras passou a registrar a presença de pessoas físicas e jurídicas não-residentes. Especificamente em relação ao setor bancário, as instituições com participação integral ou majoritária de capital estrangeiro e as filiais de bancos estrangeiros chegaram a 52 em dezembro de 1998. Além disso, havia na mesma data 23 instituições com participação minoritária de pessoas físicas ou jurídicas não-residentes no Brasil.

Todo esse processo desenvolveu-se na esteira da política econômica adotada pelo governo federal, da qual faziam parte a abertura financeira para o resto do mundo e um amplo programa de privatizações. O marco da adoção dessa estratégia foi a Exposição de Motivos nº 311, do Ministério da Fazenda, publicada no *DOU* de 23 de agosto de 1995, cuja análise será feita a seguir.

Essa exposição de motivos foi enviada à Presidência da República pelo ministro da Fazenda como uma “proposta para melhor disciplinamento dos pleitos relativos ao aporte de capitais externos, necessários ao desenvolvimento do sistema financeiro nacional”. Tratava-se de uma justificativa para que fosse reconhecido o interesse nacional no aumento da participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional.

Cerca de um ano após a implantação do Plano Real, a inflação apresentava sinais nítidos de que seria controlada. Considerando esse novo ambiente de estabilidade econômica, era necessária a criação de condições para que as instituições financeiras pudessem adaptar-se a ele melhorando e simplificando seus serviços e se mantivessem em constante atualização tecnológica. Essa seria a forma de assegurar o acesso do setor em níveis de competitividade internacional.

Além disso, esse documento ressaltou que o longo período em que o processo inflacionário grassou no país permitiu que o sistema financeiro, mormente os bancos, pudesse auferir receitas provenientes dos recursos em trânsito. Os gestores da política econômica diagnosticaram que havia escassez de capitais nacionais que substituíssem os ganhos inflacionários do passado como resultado do fim da inflação, o que naquele momento se apresentava apenas como uma perspectiva.

Diante desse cenário, esperava-se que a flexibilização das regras para ingresso de capitais estrangeiros no sistema financeiro nacional trouxesse os seguintes benefícios para o país e para o setor: atualização tecnológica constante; menores custos para o tomador do crédito e melhor remuneração ao poupador, mediante redução da margem de intermediação; reforço financeiro para o país por meio do aumento da captação de poupança externa e a conseqüente elevação das reservas internacionais; maior eficiência alocativa da economia brasileira; maior concorrência dentro do sistema com reflexos sobre a remuneração oferecida aos poupadores, sobre as taxas cobradas dos tomadores e sobre o preço das tarifas.

Ainda segundo a exposição de motivos, a participação acionária do capital estrangeiro em instituições financeiras brasileiras em nada tem prejudicado o funcionamento normal do sistema financeiro nacional. Ao contrário, entendia-se que os serviços bancários prestados ao público eram de melhor qualidade. Os atributos da eficiência operacional e da capacidade financeira identificados nas instituições com capital estrangeiro eram vistos como indutores da redução do preço dos serviços e no custo dos recursos oferecidos à sociedade.

Todas essas conclusões e justificativas foram apresentadas em um momento no qual a participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional era pequena. Segundo Bevilaqua (1996), apud Bevilaqua e Loyo (1998), os bancos estrangeiros detinham 4% do mercado doméstico antes da abertura da economia totalizando US\$2 bilhões de investimentos originados de diversos países.

Na esteira do processo de abertura do sistema financeiro foi editada a Resolução nº 2.303, de 25 de julho de 1996, do Conselho Monetário Nacional, na qual os bancos foram autorizados a cobrar tarifas pela prestação de

serviços. Tratou-se de uma medida para compensar a perda de receitas ocorrida com o estancamento do processo inflacionário. Esperava-se que a maior concorrência no setor exercesse um papel regulador.

3. Aspectos teóricos sobre a liberalização dos sistemas financeiros

A internacionalização dos serviços financeiros tornou-se importante em um cenário de liberalização dos mercados financeiros em escala global. Esse processo pode ser identificado em nações em desenvolvimento e desenvolvidas onde o capital estrangeiro tem se expandido por diversos meios.

A liberalização do acesso aos mercados financeiros, segundo Claessens, Demirüç-Kunt e Huizinga (1998), parte do pressuposto que os ganhos oriundos da presença de grupos estrangeiros superam quaisquer perdas. Os benefícios potenciais da entrada de bancos estrangeiros são percebidos na melhor alocação de recursos e na maior eficiência.

Assim, Levine (1996) afirma que a entrada de bancos estrangeiros promove aumento da qualidade dos serviços bancários e maior competição. Os grupos estrangeiros introduziriam técnicas mais modernas no setor, resultantes do fomento à melhoria do aparato legal e de supervisão, bem como do acesso aos mercados de crédito internacionais.

Adicionalmente, Bevilaqua e Loyo (1998) indicam que a liberalização do setor de serviços financeiros traz os seguintes benefícios, ainda que de forma parcial: ganhos clássicos advindos do comércio, através da disponibilidade de serviços bancários que sejam comercializáveis; menor poder de mercado, resultante da competição adicional de instituições internacionais, trazendo a economia para um equilíbrio competitivo, com um grande volume e baixos preços de produtos e serviços financeiros; equilíbrio econômico geral, ao se reduzirem os custos de serviços financeiros, os quais representam custos de produção em toda a economia, resultando em um incentivo e num aumento de fornecedores e usuários desses serviços; custos menores, devido ao ambiente estável em seus países de origem, o que os levavam a procurar a minimização de custos há mais tempo e de forma mais ativa, além das economias de escala e escopo de suas atividades globais, resultando numa redução do custo médio da intermediação financeira no país; melhor alocação do crédito, com as instituições estrangeiras trazendo métodos melhores de concessão; e maior estabilidade, devido à maior capacidade de absorção de choques macroeconômicos.

Especificamente em relação ao Brasil, a restrição constitucional à ampliação da participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional,

conforme o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não arrefeceu o processo de abertura do sistema financeiro nacional ao capital estrangeiro. O mesmo dispositivo constitucional permitia autorizar o ingresso de novos grupos estrangeiros no setor em caso de interesse do governo brasileiro, o que foi proposto pelo Ministério da Fazenda.

Além disso, as justificativas apresentadas pela já citada exposição de motivos proporcionaram a edição da Resolução nº 2.212 do Conselho Monetário Nacional, de 20 de novembro de 1995. Essa resolução facilitou o acesso dos grupos estrangeiros ao mercado financeiro brasileiro por meio da eliminação da distinção entre capital nacional e capital estrangeiro quanto às exigências de capital mínimo para constituição de instituições financeiras.

Espera-se que os ganhos de eficiência na intermediação financeira provocados pela concorrência maior possam superar os possíveis efeitos deletérios, como a tendência ao aumento de encargos externos futuros sob a forma de lucros, dividendos, juros sobre capital próprio e transferência de tecnologia.

4. Metodologia

Após uma pesquisa documental em livros, artigos de periódicos científicos e publicações de órgãos públicos, fez-se um levantamento sobre as principais características da evolução do setor bancário brasileiro no período pós-1964, bem como os aspectos que motivaram a abertura desse setor ao capital estrangeiro.

A partir das constatações feitas com base nesse levantamento bibliográfico, será verificado, por meio de análises verticais e horizontais de demonstrativos financeiros dos bancos que compõem a amostra, se é possível identificar os efeitos esperados descritos na Exposição de Motivos nº 311. Os demonstrativos foram obtidos nos bancos de dados Sabe e Economática.

Também serão comparadas as tarifas cobradas pelas instituições que compõem a amostra e o consolidado dos bancos estrangeiros em atividade no Brasil com base em dados disponíveis no site do Banco Central do Brasil.

5. Análise dos dados

O argumento da maior eficiência operacional no sistema financeiro, induzida pela elevação da participação do capital estrangeiro, pode ser observado no comportamento da margem líquida. A margem líquida é obtida pela subtração entre as receitas e despesas de intermediação em relação ao ativo total da instituição. Dessa forma, o resultado em percentuais representa o ganho

líquido da aplicação dos recursos próprios e de terceiros à disposição da instituição financeira.

Os dados da tabela 2 revelam que Bradesco e Itaú apresentaram reduções significativas no índice calculado para o ano de 2000 se comparado a 1991. A redução do índice torna-se ainda mais intensa se for observado o período compreendido entre 1995 e 2000. Para ambos os casos, observou-se elevação acentuada na receita de operações de crédito no biênio 1995/96. Trata-se de uma característica esperada, devido ao aumento nesse tipo de operação resultante da estabilidade no nível geral de preços.

Tabela 2
Margem Líquida (%)

Ano	Bradesco	Itaú	Unibanco
1990	15,33	19,50	6,59
1991	14,31	13,69	9,63
1992	14,13	16,43	9,41
1993	11,14	12,75	9,24
1994	12,25	12,44	8,86
1995	7,75	8,37	4,74
1996	8,64	6,23	8,98
1997	5,38	5,47	7,90
1998	6,56	6,90	7,52
1999	6,66	7,35	6,88
2000	6,57	6,19	5,13
2001	7,35	6,43	6,72

Fontes: Sabe e Economatica.

Obs.: Margem líquida = (Receita de intermediação - despesa de intermediação)/ativo total.

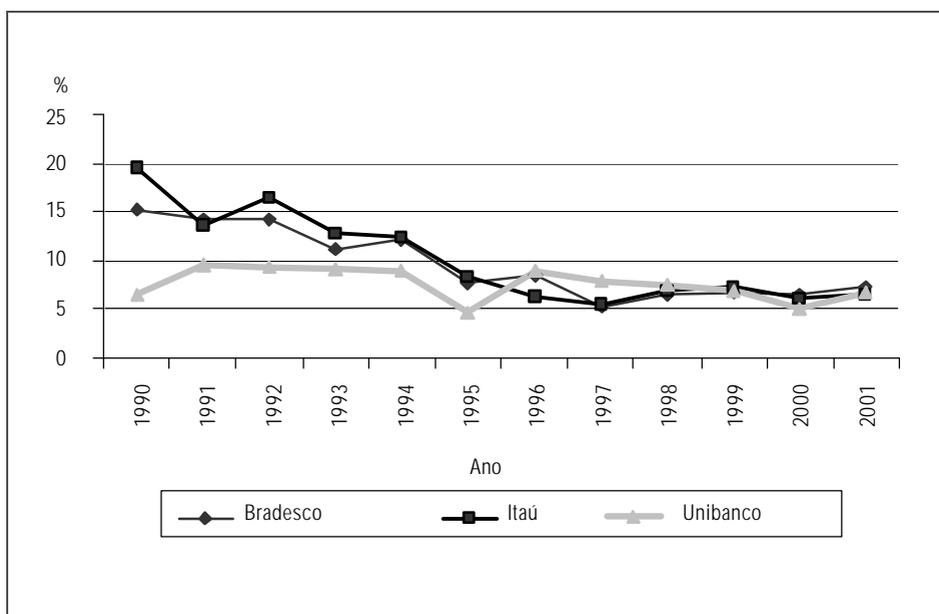
Por outro lado, as despesas de captação de ambas as instituições elevaram-se a partir de 1997, o que ocasionou a redução da margem líquida entre esse ano e 2000.

Dessa forma, o efeito de redução da margem líquida parece ter sido fruto do aumento do custo de captação observado a partir de 1997. Esse mesmo período foi marcado pela elevação da taxa básica de juros que registrou índices elevados nesse período. Bradesco e Itaú se viram obrigados a trabalhar com margens líquidas de tendência decrescente no período pós-Plano Real, o que revela menor repasse do aumento dos custos de captação. A análise da figura 1 apresenta uma evidência desse comportamento.

O Unibanco, por sua vez, apresentou margens líquidas mais estáveis durante todo o período analisado. Ao contrário de Bradesco e Itaú, as receitas de operações de crédito do Unibanco não apresentaram grande elevação no biênio 1995/96 e suas despesas de intermediação revelaram menor variabilidade em relação aos outros dois bancos analisados no período pós-1996.

O segundo conjunto de dados analisado será o de tarifas bancárias cobradas pelos três maiores bancos privados nacionais. Essas tarifas são diferenciadas para pessoas físicas e jurídicas e constam das tabelas 3 e 4. Foram analisadas as comuns aos três bancos que compõem a amostra e para as quais haja o valor médio cobrado pelos bancos nacionais e estrangeiros.

Figura 1
Margem líquida



O Impacto do Aumento da Participação do Capital Estrangeiro no Setor Bancário



Fontes: Sabe e Economática.

Tabela 3
Tarifas praticadas — pessoas físicas

Produtos e serviços mais usuais		Periodi- cidade	Bra- desco	Itaú	Uni- banco	Bancos nacionais (média)	Bancos estrangeiros (média)	
Cadastro	Confecção de ficha cadastral	–	13,50	15,00	0,00	30,65	33,84	
	Renovação de ficha cadastral	A cada 360 dias	13,50	15,00	16,00	–	–	
Cartão magnético	Comum, para débito, saque e consultas	A cada 90 dias	9,00	8,00	3,00	–	–	
Cheque	Talão de 20 folhas (segundo talão no mês)	Por evento	6,00	0,00	4,00	6,93	7,32	
	Cheque administrativo	Por evento	24,00	20,00	19,50	13,35	14,39	
	Cheque avulso	Por evento	2,90	0,43	2,20	4,27	3,94	
	Cheque devolvido por insuficiência de fundos	Por evento	7,60	9,50	10,30	7,89	8,54	
	Oposição/sustação de pagamento de cheque	Por evento	6,50	30,00	6,20	8,17	6,05	
	Exclusão do Cadastro de Cheques sem Fundo	Por evento	16,40	16,00	17,00	18,41	16,16	
	Cobrança de cheque por compensação	Por evento	0,20	1,15	0,50	1,27	0,59	
	Cheque TB (transferência bancária sem CPMF)	Por evento	3,50	0,90	0,25	1,34	0,91	
	Conta corrente	Manutenção de conta ativa	A cada 30 dias	5,00	4,50	6,00	–	–
		Manutenção de conta inativa	A cada 30 dias	10,00	10,00	15,00	–	–
Adiant. a deposit., incl. excesso limite de ch. especial		Por evento	9,50	11,50	19,00	13,89	15,34	

Concessão de cheque especial/conta garantida	Por evento	8,40	1,50	15,40	30,57	21,36
Renovação de cheque especial/conta garantida	A cada 90 dias	8,40	1,50	15,40	-	-

continua

Produtos e serviços mais usuais	Periodicidade	Bra-desco	Itaú	Uni-banco	Bancos nacionais (média)	Bancos estrangeiros (média)
Débito autorizado em conta corrente	Por evento	0,00	2,05	1,50	2,90	2,90
Banco doméstico, conta principal (com limite de acessos)	A cada 30 dias	1,50	0,85	3,50	-	-
Movimentação de recursos						
Saque em caixa automático externo/banco 24 horas	Por evento	0,00	0,00	2,30	2,85	1,97
Emissão de DOC "C"	Por evento	9,80	10,00	10,00	12,82	9,82
Emissão de DOC "D"	Por evento	9,80	10,00	10,00	11,28	9,34
Ordem de pagamento	Por evento	14,00	27,00	17,00	13,99	14,90
Extrato de conta						
Em terminal eletrônico	Por evento	1,30	0,90	1,10	1,69	1,55
Por outros meios	Por evento	2,00	3,00	1,70	3,38	2,85
Cópias de microfimes, microfichas ou assemelhados	Por evento	4,20	4,20	3,90	4,76	4,25
Cobrança						
Manutenção de título vencido	A cada 30 dias	5,20	3,50	4,50	-	-
Envio para protesto	Por evento	5,20	6,00	5,90	9,47	8,28
Sustação de protesto	Por evento	5,20	6,00	5,90	7,11	8,27
Devolução de título	Por evento	4,30	6,00	4,50	5,50	4,42
Créditos						
Abertura de crédito	Por evento	120,00	3%	2%	111,57	88,08
Substituição de garantia	Por evento	35,00	35,00	120,00	92,63	114,58
Custódia de cheque pré-datado	Por evento	0,25	0,30	1,00	13,07	1,61
Outros serviços						
Segunda via de documento	Por evento	4,20	4,20	4,70	12,39	20,33

O Impacto do Aumento da Participação do Capital Estrangeiro no Setor Bancário

REPERTE

Ressarcimento de despesas com telefonema	Por evento	5,40	5,80	5,50	6,69	8,89
Ressarcimento de despesas com fax	Por evento	5,40	5,80	5,50	4,49	7,61
Envelopamento de documentos	Por evento	4,00	4,00	4,00	2,94	4,80

Fonte: Disponível em <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 26 set. 2002.

Tabela 4
Tarifas praticadas — pessoas jurídicas

Produtos e serviços mais usuais		Periodi- cidade	Bra- desco	Itaú	Uni- banco	Bancos nacionais (média)	Bancos estrangeiros (média)
Cadastro	Confecção de ficha cadastral	Por evento	24,50	25,00	0,00	52,86	49,09
	Renovação de ficha cadastral	A cada 360 dias	24,50	25,00	29,00	—	—
Cartão magnético	Comum, para débito, saque e consultas	A cada 180 dias	18,00	7,50	18,00	—	—
Cheque	Talão de 20 folhas (segundo talão no mês)	Por evento	6,00	0,00	4,00	7,14	8,03
	Cheque administrativo	Por evento	24,00	20,00	19,50	13,33	15,18
	Cheque devolvido por insuficiência de fundos	Por evento	7,60	9,50	10,30	7,81	8,49
	Oposição/sustação de pagamento de cheque	Por evento	6,50	30,00	6,20	8,15	6,1
	Exclusão do Cadastro de Cheques sem Fundo	Por evento	16,40	16,00	17,00	18,09	15,97
	Cobrança de cheque por compensação	Por evento	0,20	0,90	0,50	1,36	0,62
	Cheque TB (transferência bancária sem CPMF)	Por evento	3,50	0,90	0,25	1,45	0,96
Conta corrente	Abertura de conta	—	0,00	0,00	0,00	13,63	20
	Manutenção de conta ativa	A cada 30 dias	7,00	11,50	10,00	—	—
	Manutenção de conta inativa	A cada 30 dias	10,00	10,00	15,00	—	—
	Adiant. a deposit., incl. excesso limite de ch. especial	Por evento	9,50	11,50	19,00	13,89	15,14

Concessão de cheque especial/conta garantida	Por evento	120,00	12,50	23,60	49,81	37,73
Renovação de cheque especial/conta garantida	A cada 90 dias	60,00	18,75	23,60	–	–
Débito autorizado em conta corrente	Por evento	0,30	2,05	1,50	2,85	3,29
Banco doméstico, conta principal (com limite de acessos)	A cada 180 dias	54,00	131,04	126,00	–	–

continua

Produtos e serviços mais usuais		Periodi- cidade	Bra- desco	Itaú	Uni- banco	Bancos nacionais (média)	Bancos estrangeiros (média)
Movimen- tação de recursos	Saque em caixa automático externo/banco 24 horas	–	0,00	0,00	2,30	2	2,05
	Emissão de DOC "C"	Por evento	9,80	10,00	10,00	14,19	9,91
	Emissão de DOC "D"	Por evento	9,80	10,00	10,00	12,72	9,41
	Ordem de pagamento	Por evento	14,00	27,00	17,00	14,54	15,01
	Depósito em outra agência	–	0,00	0,00	0,00	2	0,54
Extrato de conta	Em terminal eletrônico	Por evento	1,30	0,90	1,10	1,7	1,57
	Por outros meios	Por evento	2,00	3,00	1,70	3,28	2,9
	Cópias de microfimes, microfichas ou assemelhados	Por evento	4,20	4,20	3,90	4,87	4,32
Cobrança	Entrada por borderô (listagem de títulos)	Por evento	5,20	6,50	4,50	9,56	4,91
	Entrada por meio magnético	Por evento	3,70	5,70	3,10	4,92	4,15
	Entrada sem registro, por boleto emitido pelo cliente	Por evento	2,30	3,65	2,10	4,45	4,13
	Manutenção de título vencido	A cada 30 dias	5,20	3,50	4,50	–	–
	Envio para protesto	Por evento	5,20	6,00	5,90	8,8	8,63
	Sustação de protesto	Por evento	5,20	6,00	5,90	6,78	8,59
	Devolução de título	Por evento	4,30	6,00	4,50	5,27	5,22
Créditos	Abertura de crédito	Por evento	120,00	2%	2%	117,76	165,25
	Renegociação de dívida	–	0,00	0,00	0,00	100,25	92,32
	Substituição de garantia	Por evento	35,00	35,00	120,00	91,46	112,89
	Custódia de cheque pré-datado	Por evento	0,25	0,30	1,00	11,99	1,67

Outros serviços	Segunda via de documento	Por evento	4,20	4,20	4,70	11,97	19,42
	Ressarcimento de despesas com telefonema	Por evento	5,40	5,80	5,50	6,70	10,84
	Ressarcimento de despesas com fax	Por evento	5,40	5,80	5,50	4,64	7,86
	Pagamento de funcionários via relação	Por evento	3,70	5,20	4,00	3,09	3,04
	Pagamento de funcionários via meio magnético	Por evento	2,80	4,20	3,00	2,69	2,63

Fonte: Disponível em <www.bcb.gov.br>. Acesso em 26 set. 2002.

A análise das tabelas revela que cerca de 3/4 das tarifas cobradas por Bradesco, Itaú e Unibanco são inferiores ao valor médio cobrado pelos bancos nacionais e estrangeiros para pessoas físicas e jurídicas. A exceção fica por conta das tarifas cobradas pelo Unibanco de pessoas jurídicas quando comparadas com as tarifas médias cobradas pelos bancos estrangeiros, onde cerca de 40% são superiores no banco brasileiro.

Deve-se ressaltar que essas tabelas são apenas uma referência o que não significa valores efetivos cobrados de todos os clientes indistintamente. Os bancos dispõem de políticas de desconto e até de isenção de tarifas para clientes com maior movimentação financeira em conta corrente, em aplicações financeiras e cartões de crédito.

A década de 1990 revelou aumentos significativos nas receitas de serviços dos três bancos analisados. Considerando que a resolução do Conselho Monetário Nacional que liberou a cobrança de tarifas foi editada em julho de 1996, pode-se observar que a participação dessas receitas no total das receitas operacionais elevou-se consideravelmente (tabela 5 e figura 2). Entre 1991 e 2000, Bradesco, Itaú e Unibanco apresentaram aumento dessa relação em montantes superiores a 100%.

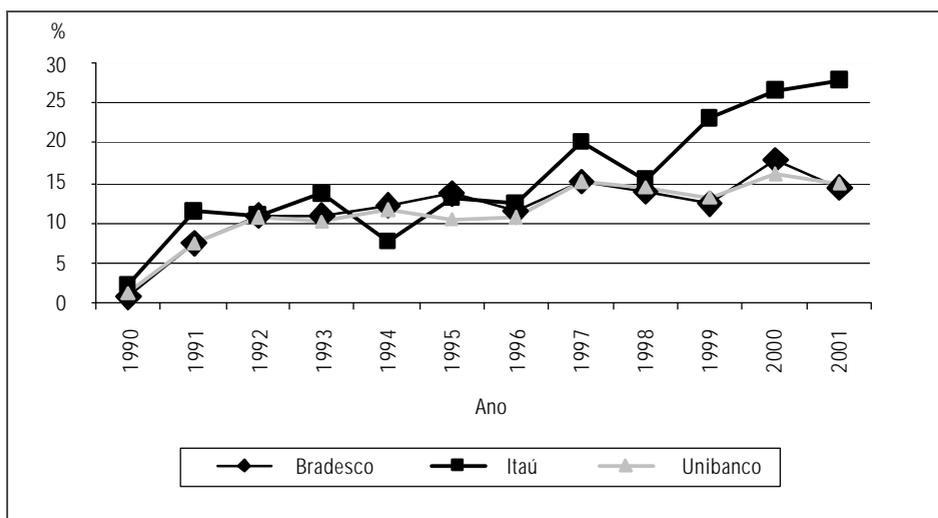
Tabela 5
Receita de serviços/receita operacional (%)

Ano	Bradesco	Itaú	Unibanco
1990	0,78	2,31	1,34
1991	7,32	11,40	7,46
1992	10,85	10,83	10,72

1993	10,93	13,68	10,27
1994	12,13	7,68	11,63
1995	13,66	13,09	10,47
1996	11,44	12,43	10,57
1997	15,04	20,16	15,07
1998	13,93	15,32	14,50
1999	12,34	23,13	13,18
2000	17,89	26,42	16,16
2001	14,45	27,86	14,92

Fontes: Sabe e Econômica.

Figura 2
Receita de serviços/receita operacional



Fontes: Sabe e Econômica.

Vale destacar que o Unibanco apresentou menor índice (116%) de aumento da participação da receita de tarifas no total das receitas operacionais entre 1991 e 2000, o que pode ser resultado da menor variabilidade apresentada pela sua margem líquida no período analisado que, expressa em termos de desvio-padrão, revelou um índice de 1,5% contra 2,4% do Bradesco e 3,6% do Itaú. A explicação mais plausível para esse fato é que a menor os-

cilação na receita proveniente da intermediação financeira ofereceu maior margem para que esse banco pudesse abrir mão de receitas de tarifas.

O terceiro indicador analisado, a rentabilidade do patrimônio líquido, apresentou comportamento similar para os bancos Bradesco e Itaú (tabela 6 e figura 3). Entre 1991 e 1996, essas duas instituições apresentaram índices de rentabilidade do patrimônio líquido similares. A partir desse ponto esse índice apresentou tendência crescente nas instituições, sendo que o Banco Itaú apresentou crescimento mais elevado. Em 1999, a rentabilidade desse banco foi o dobro da apresentada pelo Bradesco.

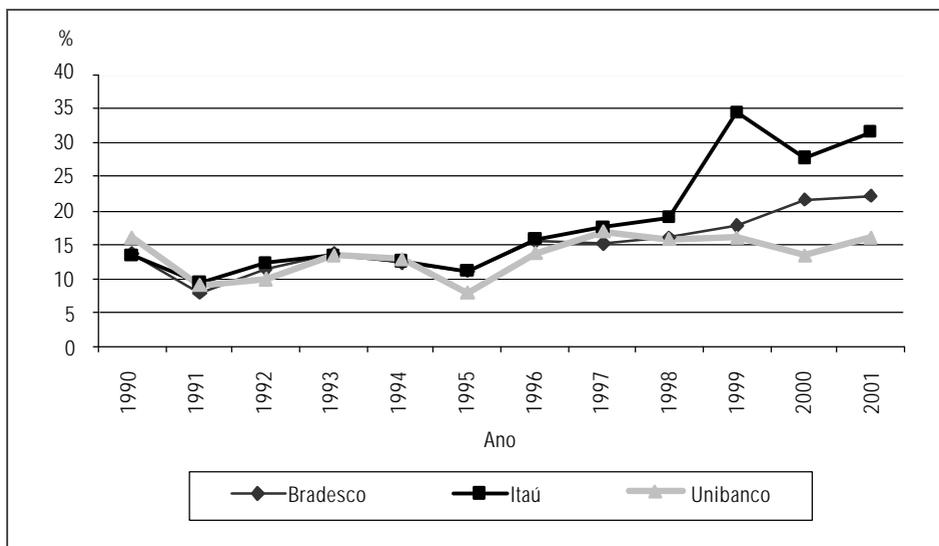
Um aspecto importante na composição do resultado líquido do Itaú no ano de 1999 é que a receita de tarifas se elevou em 34% em relação ao ano anterior, representando uma receita adicional de R\$895 milhões, o que explica o aumento da participação dessas receitas no total das receitas operacionais do banco (tabela 5). Essa ampliação não foi observada no Bradesco e no Unibanco para o mesmo período. Dessa forma, a análise dos dados contábeis indica que o lucro de R\$2,07 bilhões apresentado pelo Itaú não foi resultado da desvalorização do câmbio ocorrida no início de 1999, conforme divulgado por setores da imprensa. De fato, as rendas de câmbio desse banco cresceram 319% entre 1998 e 1999, mas em termos nominais o acréscimo nessas receitas representou apenas 11% do aumento observado nas receitas de tarifas.

Tabela 6
Lucro líquido/patrimônio líquido

Ano	Bradesco	Itaú	Unibanco
1990	13,70	13,33	16,00
1991	8,02	9,29	8,92
1992	11,52	12,29	10,04
1993	13,73	13,37	13,57
1994	12,15	12,45	12,76
1995	11,15	11,10	7,86
1996	15,56	15,88	13,64
1997	15,32	17,65	16,84
1998	16,06	18,97	15,67
1999	17,75	34,42	16,05
2000	21,53	27,74	13,44
2001	22,22	31,53	16,01

Fontes: Sabe e Economática.

Lucro líquido/patrimônio líquido



Fontes: Sabe e Economática.

Especificamente em relação ao Unibanco, sua rentabilidade do patrimônio líquido tem apresentado menor variabilidade no período analisado que, expressa em termos de desvio-padrão, apresentou um resultado de 2,9%, contra 3,36% do Bradesco e 7,6% do Itaú. O que se observa nos dados contábeis do Unibanco é uma maior estabilidade nos itens que compõem o resultado final.

6. Conclusões

Entre os efeitos esperados do aumento da participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional este artigo concentrou-se em apurar o comportamento de indicadores que pudessem sinalizar o aumento da concorrência e seus reflexos sobre a margem de intermediação, sobre a eficiência e sobre o preço das tarifas. A amostra foi composta pelos três maiores bancos privados nacionais: Bradesco, Itaú e Unibanco.

A margem líquida, que expressa o ganho líquido de um banco na execução de sua tarefa primordial de intermediário financeiro entre entidades superavitárias e deficitárias, apresentou comportamento similar para os três bancos. Em todos os bancos foi constatado crescimento após 1991 com retração em 1993, para em seguida se elevar no biênio 1995/96, em um efeito resultante das rendas de operações de crédito que apresentaram considerável

elevação nas três instituições. Trata-se de um efeito esperado em função da estabilização da economia e do crescimento econômico registrado nos anos de 1994 e 1995, com impacto direto na decisão das empresas e das famílias de se endividarem.

Nos anos subseqüentes, a margem líquida reduziu-se nas três instituições regredindo a patamares inferiores aos observados em 1991 no Bradesco e no Itaú. Deve-se salientar que o período compreendido entre 1996 e 2000 foi marcado por sucessivas crises nacionais e internacionais que elevaram as taxas de juros internas, encarecendo a captação de recursos no mercado. As despesas de captação passaram a representar uma parcela significativamente superior na composição das despesas operacionais das três instituições, apesar de o Unibanco ainda registrar maior participação de outras despesas nas despesas operacionais, superiores à despesa de captação.

Apesar disso, a margem líquida com comportamento decrescente revela que os bancos que compõem a amostra foram parcimoniosos na definição de suas taxas de empréstimo, o que pode ser considerado um efeito de uma maior concorrência. Assim como a redução na participação das despesas operacionais das despesas provenientes das outras atividades operacionais dos bancos.

Os dados relativos às tarifas revelam que a maior parte das tarifas cobradas pelos três bancos é inferior à média das tarifas cobradas pelos bancos nacionais e estrangeiros. Entretanto, esses dados não são suficientes para afirmar se esta característica é fruto da maior concorrência no setor em função da importância dessa receita na receita total, causando rigidez para baixo nos seus preços. Além disso, não há dados disponíveis sobre a evolução das tarifas no período pós-1996.

Além disso, as receitas de tarifas elevaram-se consideravelmente nas três instituições registrando aumentos em mais de 100% em sua participação no total das receitas operacionais das instituições financeiras. O comportamento das receitas de tarifas do Banco Itaú revelou um maior aumento da dependência dessa instituição das receitas dessa natureza, sendo esta a maior responsável pelo elevado lucro apresentado pelo banco no ano de 1999. Na época foi noticiado pela imprensa que o lucro teria sido proveniente da desvalorização cambial ocorrida no início daquele ano.

Apesar do aumento na participação das tarifas no total das receitas operacionais, a variabilidade medida em termos dos desvios padrões foi relativamente baixa para Bradesco e Unibanco, 2,7% e 2,5%, respectivamente. Essas duas instituições fizeram uso da liberalidade instituída pela Resolução nº 2.303/96 do CMN e elevaram consideravelmente suas receitas nessa época. Porém, após o *boom* observado em 1996, o valor nominal dessas receitas manteve-se praticamente estável, o que pode ser um indício de maior comedimento no uso dessa prerrogativa e no aumento das vantagens oferecidas

aos clientes em proporção a seu movimento bancário por causa de um aumento na concorrência do setor.

A outra variável analisada foi a rentabilidade do patrimônio líquido. As três instituições apresentaram tendência à elevação, embora em menor intensidade no caso do Unibanco. Esse indicador revela a remuneração que os proprietários recebem pela aplicação de seu capital no negócio. No caso de instituições financeiras, a estrutura de capital apresenta maior proporção de capital de terceiros pela própria natureza da atividade de intermediação. Dessa forma, tendo em vista os elevados lucros nominais apresentados pelas instituições que compõem a amostra, sobretudo Bradesco e Itaú, é natural observar aumento na rentabilidade do patrimônio líquido.

Essa característica revela dois aspectos: um elevado grau de atratividade do setor que justifica o ingresso maciço de recursos estrangeiros para investimento após 1995 e que se há indícios de aumento da concorrência no setor nas variáveis tarifas e margem líquida, a rentabilidade geral do negócio medida pela razão lucro líquido/patrimônio líquido elevou-se em relação ao período onde supostamente havia menor concorrência.

Finalmente, pode-se concluir que há indícios de parte dos efeitos esperados da abertura do sistema financeiro nacional ao capital estrangeiro. Por outro lado, o processo é relativamente recente e ainda haverá desdobramentos sobre a configuração e funcionamento do setor, que irão definir novos padrões de desempenho do sistema financeiro nacional.

Referências bibliográficas

BEVILAQUA, A. S. *O comércio internacional de serviços financeiros e o Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1996.

BEVILAQUA, A. S.; LOYO, E. Openness and efficiency in brazilian banking. Texto para Discussão n. 390, PUC-Rio, Rio de Janeiro, set. 1998.

CLAESSENS, S.; DEMIRÜÇ-KUNT, A.; HUIZINGA, H. How does foreign entry affect domestic banking market? Policy Research Working Paper, n. 1918. World Bank, June 1998.

CONTADOR, C. R. O sistema financeiro brasileiro na década de 80 e os reflexos do desajuste do setor público. Rio de Janeiro: 1991. ms.

DIAS, J. Concentração e conglomeração financeira no Brasil: um teste da teoria da regulamentação. *Ensaio FEE*, v. 8, n. 1, 1987.

LEVINE, R. Foreign banks, financial development, and economic growth. In: BARFIELD, C. E. (Ed.). *International financial markets*. Washington: AEI Press, 1996.

MOURA, A. R. Notas sobre o ajustamento do sistema bancário privado no Brasil pós-Real. *Revista Brasileira de Economia*, v. 52, 1998.

PIZARRO, R. Ranking dos bancos: desempenho bom, mas lucros menores. *Conjuntura Econômica*, v. 54, n. 11, 2000.

PUGA, F. P. Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

RESENDE, R. Determinantes da estrutura de mercado no setor bancário brasileiro — 1970/86. *Revista Brasileira de Economia*, v. 46, n. 2, 1992.

TAVARES, M. da C. O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.